

## Reflexões sobre a assistência estudantil na UnB em tempos de covid-19

A educação como um direito constitucional é uma dimensão importante no que se refere ao exercício da cidadania. Isso posto, torna-se fundamental a formulação de políticas que possibilitem às cidadãs e cidadãos condições de formação inseridos nos espaços sociais e políticos tanto na perspectiva social, quanto profissional, cultural e econômica. Se a educação tem uma dimensão coletiva, à medida que envolve diferentes grupos sociais nas diversas dimensões etárias, o direito a ela deve ser compreendido como um direito universal e inegociável.

Embora nos últimos anos o ensino superior tenha tido uma expansão significativa, ainda é urgente a formulação de políticas que garantam o acesso e a permanência efetivos nas universidades. Dessa maneira, questões referentes à expansão de vagas e às políticas afirmativas impõem à universidade a necessidade de se repensar cotidianamente. Conceber o acesso e a permanência como um direito à educação superior é pressupor que os sujeitos e sujeitas das classes mais pobres da sociedade, antes impedidos de ocupar as salas de aula em virtude de questões econômicas, sociais e culturais, possam acessar em sua plenitude esta modalidade de ensino.

A Universidade de Brasília entende a complexidade e as contradições de um direito que se situa na intersecção entre a universalização e o exercício da cidadania. Por isso a importância de considerar a presença de novos sujeitos na universidade como um desafio às concepções dos programas de auxílio, de maneira a se pensar o acesso e a permanência como um direito. Este quadro tem imposto à UnB o desafio de articular a assistência sob a perspectiva da efetivação do direito – a ingressar, permanecer e se formar – o que leva a pensar a permanência a partir de paradigmas nos quais estejam alocados os desafios que se apresentam ao exercício da cidadania, principalmente neste momento em que a pandemia da covid-19 impõe aos brasileiros significativas perdas de renda.

É importante lembrar que os novos sujeitos que adentraram à universidade após o processo de expansão recente de vagas na universidade pública brasileira ocasionada, principalmente pelo Reuni e pela lei de cotas, demonstram múltiplas e diversas necessidades que vão desde questões de vulnerabilidade socioeconômica a vulnerabilidades culturais, psicossociais e acadêmicas. Dessa maneira, cada vez mais, a UnB/DAC/DDS nas suas avaliações socioeconômicas procura articular as múltiplas desigualdades: de classe (compreendida para além do aspecto de renda), raciais, de gênero, sexualidade, deficiências e saúde com a finalidade de atender às demandas decorrentes das políticas afirmativas.

Os marcadores das diferenças se constituem como categorias em articulação, nas quais o paradigma interseccional se coloca como estratégia institucional no âmbito dos programas de assistência estudantil. Portanto viabilizar a permanência de estudantes por meio de uma política de assistência estudantil que parta de abordagens que levam em conta as condições de desigualdade aqui explicitadas é ter claro que falar de permanência estudantil significa trazer para o primeiro plano a responsabilidade da universidade como instituição e da comunidade universitária em propor soluções para as desigualdades do acesso e da permanência em um momento de crise sanitária que afeta sobremaneira a vida de todos, em particular destes sujeitos.

A UnB que se constitui como uma instituição que celebra a diversidade como tema humano fundamental, tem pensado, desde o início da pandemia, uma proposta de assistência estudantil de maneira que a inscrição da diferença como desigualdade na fruição do direito à

educação é sempre objeto de reflexão para acesso aos programas de uma assistência estudantil ampliada e prioritária. Por isso, por exemplo, o programa Auxílio-Alimentação Emergencial foi criado para suprir o fechamento do Restaurante Universitário, regras de flexibilização do auxílio emergencial foram estabelecidas, aumentou-se significativamente as vagas do Programa Auxílio Socioeconômico (PAS) e Programa Moradia Estudantil (PME), assim como a inclusão digital, de modo a equacionar, minimamente, condições de cumprimento do direito ao acesso e permanência no ensino superior, que mesmo ameaçados pelos sucessivos cortes do Pnaes e das verbas das IFS, tem sido priorizado por esta instituição.

Assistência estudantil há que ser, para além da assistência social geral, uma política de construção de cidadania e potencialidades de manter seus estudantes mais vulneráveis no mesmo patamar de sonho por uma vida e uma sociedade melhores, deles e dos demais.

A todos os alunos e em especial aos da assistência estudantil, que tenham um bom semestre e que em breve possamos nos encontrar presencialmente na nossa linda UnB!